



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 31/**MAP** - 7 Janeiro 09

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
		Registo nº 25	06-01-2009

ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA N.º 262/X (4ª) DE 13 DE OUTUBRO DE 2008, DOS SENHORES DEPUTADOS BRUNO DIAS E JOÃO OLIVEIRA (PCP) - VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DO IC16

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 59 de 6 de Janeiro do Gabinete do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Pel'A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

SMM



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Ministro
dos Assuntos Parlamentares

c/c – Exma. Senhora Chefe do Gabinete de Sua
Excelência o Secretário de Estado Adjunto, das
Obras Públicas e das Comunicações

N/Refª 59/2009
Lisboa, 6 de Janeiro de 2009

Assunto: **PERGUNTA N.º 262/X/4ª.-AC DE 13 DE OUTUBRO DE 2008 DOS SENHORES DEPUTADOS BRUNO DIAS E JOÃO OLIVEIRA (PCP). VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DO IC16**

Exma. Senhora,

Com referência ao assunto em epígrafe, consultada a Secretaria de Estado das Obras Públicas e das Comunicações, e com referência às questões colocadas, encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de dar nota que o projecto do IC16 identificou um sítio de interesse arqueológico no Telhal, prevendo-se já na Declaração de Impacte Ambiental (DIA) que deveriam ser efectuados, em sede de Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE), trabalhos de prospecção arqueológica, que o parecer da Comissão de Avaliação veio a reiterar, determinando que previamente ao início da construção se procedesse a trabalhos diversos, designadamente prospecções e sondagens arqueológicas, com vista à minimização de impactes sobre o património arqueológico decorrentes da construção da A16.

Estes trabalhos foram executados pelo concessionário como previsto na Lei, por uma equipa habilitada e aprovada pelo IGESPAR, e segundo a metodologia e o plano de trabalhos aprovado pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) que os acompanhou e decidiu sobre a sua conclusão e que incidiram essencialmente sobre zonas que seriam afectadas pelas escavações da auto-estrada. Os respectivos relatórios foram ao tempo enviados para o IGESPAR e os trabalhos concluídos quando aquela Entidade o determinou.

Entretanto e após uma visita ao local do responsável pelo Museu Arqueológico de S. Miguel d' Odrinhas (Sintra), levantaram-se dúvidas em torno do programa de trabalhos em curso aprovado pelo IGESPAR, o que deu origem, a pedido da CM Sintra, à realização de uma



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

reunião com o MAOTDR, onde o InIR – Instituto das Infra-estruturas Rodoviárias, I.P. esteve presente.

Nessa reunião, foi reiterado pelo Vice-Presidente do IGESPAR Professor Doutor João Pedro da Cunha Ribeiro, que os trabalhos decorreram de forma exemplar, no estrito respeito das obrigações contratuais da Lusolisboa e, conseqüentemente, do determinado e acordado com o IGESPAR, na linha do que é a política geral seguida por aquela Entidade, a quem compete a Tutela destes assuntos a nível nacional.

De acordo com aquele plano, os trabalhos executados e a executar constaram da execução de sondagens e prospecções arqueológicas nas áreas afectadas pelas escavações da obra, sendo que as áreas a ocupar pelos aterros da auto-estrada não deveriam ser remexidas, e seriam apenas protegidas para as gerações futuras, através de colocação de geotexteis, antes de se iniciar o respectivo aterro.

Na sequência daquela reunião, e porque era do entendimento dos especialistas que os vestígios detectados no decurso da obra possuíam uma dimensão mais importante do que o previsto, foi solicitado ao concessionário o prolongamento – extracontratual e já em áreas de aterro - da zona de intervenção, de modo a permitir fornecer dados complementares para uma eventual melhor compreensão geral do sítio do Telhal, solicitação que foi cumprida, por ser entendido que os trabalhos adicionais então solicitados, e que se previa estariam concluídos no prazo de 10 dias úteis, não punham em causa, à data, o cumprimento do prazo contratual. Estes trabalhos consistiam numa intervenção na íntegra em mais 3 silos já identificados e no alargamento de mais 3m x 4m da sondagem já realizada (n.º 3), e já foram iniciados dia 27 de Outubro.

Como decorre do exposto, as conclusões da 2.ª reunião com o IGESPAR e CM Sintra foram conclusivas tendo sido aceite pelas partes os princípios orientadores da Tutela.

Aguarda-se para breve a decisão sobre a conclusão dos trabalhos arqueológicos e a autorização do IGESPAR para se dar continuidade às obras da auto-estrada, não se prevendo portanto qualquer alteração aos projectos, designadamente ao projecto do Viaduto do Telhal, uma vez que as soluções adoptadas não colidem com as opções da política geral seguida por esta entidade.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

Guilherme Dray